



Relatório de Actividades e Contas

2024



A Frente Cívica, fundada em 2016, é uma associação de defesa de causas de interesse público. Trabalhamos para identificar os problemas crónicos da sociedade portuguesa, denunciar os seus responsáveis, construir soluções e lutar pela sua implementação.

A 31 de Dezembro de 2024, a Frente Cívica tinha 354 associados activos.

Março 2025



Mensagem do Conselho de Direcção

2024 marcou o 50º aniversário do 25 de Abril num clima de crise política, que perdura até hoje. As eleições antecipadas que se seguiram à queda de um Governo envolto em suspeitas de corrupção mostraram como, mais do que um problema de protagonistas, Portugal sofre uma crise de regime. A atestá-lo, o facto de o Governo saído das eleições de 2024 ter caído, ele próprio, pouco mais de um ano depois, na sequência de mais um caso de má conduta ética.

Desde a sua fundação, em 2016, a Frente Cívica tem pautado a sua actuação pelo combate à corrupção e a outros problemas crónicos da sociedade portuguesa, como a má qualidade dos serviços públicos e a crise de confiança que faz os cidadãos perderem a fé na democracia. Esse combate revela-se mais actual do que nunca, e impõe que a sociedade civil estabeleça pontes e una esforços em defesa do bem comum. Foi o que procurámos fazer em 2024, com a determinação e a persistência que fazem parte da cultura organizacional da Frente Cívica.

Assim continuaremos, num país que continua a precisar do inconformismo e da energia cívica de todos.

O Conselho de Direcção da Frente Cívica



Atividades de 2024

Iniciativas

Liberdade de expressão

A Frente Cívica tem liderado em Portugal o combate contra o abuso dos tribunais, através de processos por difamação, para silenciar vozes críticas. Há dois anos, aderimos à [rede europeia de organizações da sociedade civil](#) CASE, que tem denunciado esta litigância retaliatória como uma afronta ao Estado de Direito e à liberdade de expressão.

Em Abril de 2024, em resposta a esta coligação de activistas, a União Europeia aprovou uma Directiva que obriga os Estados-Membros a legislarem contra processos abusivos que visem penalizar o exercício do direito à crítica. Portugal terá de transpor esta legislação até 7 de Maio de 2026. Logo após a aprovação desta directiva, a Frente Cívica [dinamizou uma tomada de posição pública](#) de um conjunto de cidadãos, que escreveram ao Parlamento apelando a uma transposição rápida e alargada da Directiva, «promovendo em Portugal um respeito alargado, fundado na lei, pela liberdade de expressão consagrada constitucionalmente, mas tantas vezes ameaçada nos tribunais. Seria este o sinal necessário para que todos os portugueses pudessem continuar a trabalhar na defesa do interesse público sem receios de assédio, intimidação e ameaça, sabendo que Portugal preza verdadeiramente os valores de Abril».

Em Junho, escrevemos à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, solicitando uma audição sobre a nova Directiva, de forma a iniciar o trabalho de transposição que terá de ser feito pelo nosso Parlamento. O pedido, infelizmente, não foi atendido pela presidente da Comissão, sinalizando o desinteresse e desatenção da Assembleia da República pelo tema. Com o prazo de transposição a decorrer, sem que qualquer iniciativa tenha sido desencadeada pelo Governo ou pela Assembleia da República, este tema manter-se-á nas prioridades da Frente Cívica.

Nacionalidade

Em 2013, a Lei da Nacionalidade passou a permitir a naturalização de cidadãos estrangeiros que provassem ser descendentes dos judeus sefarditas expulsos de Portugal por édito do Rei D. Manuel I, no final do séc. XV, atribuindo às comunidades judaicas de Lisboa e do Porto o poder de certificar essa descendência. Nos últimos anos, tornou-se claro que a lei era permeável a abusos, com suspeitas de que na Comunidade Israelita do Porto se tenha criado um esquema de venda de passaportes de conveniência.

Nos últimos três anos, a Frente Cívica tomou a dianteira na denúncia das suspeitas, exigindo aos vários Governos que tomassem medidas para prevenir os abusos. Duas investigações estão em curso desde finais de 2021: um inquérito-crime do Ministério Público investigando suspeitas de corrupção relacionadas com a “Lei dos Sefarditas” na Comunidade Israelita do Porto, e um inquérito administrativo do Instituto dos Registos e Notariado, sobre potenciais irregularidades na naturalização de cidadãos



suspeitos, incluindo oligarcas russos como Roman Abramovich e até ex-agentes da Mossad israelita.

Até ao momento, não são conhecidos quaisquer resultados destas duas investigações, apesar de regularmente a Frente Cívica ter pedido, ao longo dos últimos anos, informações sobre o seu andamento. No entanto, face à pressão pública e à discussão gerada sobre este assunto, o Parlamento aprovou em Janeiro de 2024 alterações à lei que tornaram mais exigentes os processos de naturalização, reforçando os controlos e diminuindo o poder das comunidades israelitas de Lisboa e Porto na certificação dos candidatos. Estas alterações limitaram fortemente o potencial de abusos e corrupção associados à lei.

Combate à Corrupção

O combate à corrupção continua a ser um dos focos principais da actividade da Frente Cívica.

I- Dia Internacional Contra a Corrupção

Em 2024, mais uma vez, dinamizámos as comemorações nacionais do Dia Internacional Contra a Corrupção, a 9 de Dezembro, desta vez na Marinha Grande. A sessão pública teve como orador principal o Procurador-Geral da República, Amadeu Guerra, que teve no evento a sua primeira intervenção de fundo sobre o combate à corrupção depois de assumir o seu mandato, em Outubro.

O evento reuniu também contributos dos presidentes da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e da Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira, o que reforçou o papel desta comemoração como um grito de urgência da sociedade civil na capacitação do Estado para prevenir e combater mais eficazmente a corrupção.

II- Medidas imediatas contra a corrupção

Para além deste grande evento, a Frente Cívica marcou também a campanha eleitoral para as eleições legislativas antecipadas de 2024. Em Janeiro de 2024, apresentámos aos líderes dos dois principais partidos e candidatos a primeiro-ministro, Luís Montenegro (PSD) e Pedro Nuno Santos (PS), [três medidas imediatas para o combate à corrupção](#):

- 1- a limitação da rubrica de "despesas extraordinárias" no Orçamento do Estado, que há anos canaliza perto de 10% da despesa pública para fins opacos ou mecanismos de corrupção pagos pelo contribuinte;
- 2- a extinção das Parcerias Público-Privadas rodoviárias, remuneradas a cerca do triplo do seu valor real; e
- 3- a cobrança imediata do IMI das grandes concessões públicas, como barragens e aeroportos.

Nenhuma destas medidas veio a ser aprovada pelo novo Governo, mau grado ter anunciado o combate à corrupção como prioridade do mandato.



III- Circuitos da Corrupção

À semelhança do que já vínhamos fazendo em anos anteriores, a Frente Cívica continuou a dinamizar os Circuitos da Corrupção, pequenos passeios pedestres, em Lisboa e no Porto, a locais relacionados com escândalos de corrupção. Os Circuitos são uma forma lúdica de sensibilizar os cidadãos para os custos e os protagonistas da corrupção em Portugal, e ao mesmo tempo promover o convívio com os associados e apoiantes da Frente Cívica. Em 2024, pela primeira vez, organizámos um passeio em inglês, relacionado com os locais-chave da Operação Marquês, a convite da [Rede Interdisciplinar de Investigadores da Corrupção](#), que em Junho realizou a sua conferência anual em Lisboa.

Defesa dos serviços públicos

Em 2024, a Frente Cívica assumiu também como iniciativa a defesa dos serviços públicos. A falta de investimento público, a captura da Administração do Estado por nomeações partidárias e a carência de recursos das entidades públicas têm limitado gravemente a eficiência e acesso dos cidadãos a serviços essenciais. No ano de 2024, levantámos esta questão em fóruns de discussão pública e em diversas entrevistas na comunicação social, mas este é seguramente uma área em que será preciso continuar a insistir no futuro, em nome dos direitos dos cidadãos a serem atendidos de forma atempada, eficiente e acessível junto das instituições do Estado.

Tomadas de posição

Além das iniciativas que dinamizámos, a Frente Cívica manteve uma presença regular no debate público ao longo de 2024, através de entrevistas à comunicação social e de tomadas de posição específicas sobre assuntos da actualidade. Destacamos:

1- Fim das portagens nas SCUT

Em Maio, a Frente Cívica [denunciou publicamente o “festival de hipocrisia”](#) no debate sobre a abolição das portagens nas auto-estradas ex-SCUT (Sem Custos para o Utilizador). O Parlamento aprovou o fim da cobrança de portagens nestas vias, mas sem colocar em causa as rendas garantidas para os operadores privados. Como alertámos, a quebra de receitas de portagens, calculada num máximo de 400 milhões de euros por ano, é metade do que o Estado continua a pagar indevidamente aos concessionários, todos os anos. A extinção destas rendas excessivas permitiria não só abolir as portagens, mas ainda arrecadar outros 400 milhões de euros anuais para o erário público.

2- Conflitos de interesses no Conselho de Estado

Também em Maio, a Frente Cívica escreveu ao Presidente da República [apelando a que substituísse no Conselho de Estado o conselheiro António Lobo Xavier](#) que, por ser presidente do Conselho Geral e de



Supervisão da EDP, detida pelo Estado chinês, está numa posição de conflito de interesses. «Entendemos que esta circunstância o impede de continuar a integrar o Conselho de Estado, por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque se criam riscos objectivos de que Lobo Xavier possa utilizar a sua condição de Conselheiro de Estado para defender os interesses da EDP e da própria República Popular da China junto da Presidência da República e, por força do seu estatuto, junto dos restantes órgãos de soberania. Por outro lado, é expectável que a informação a que Lobo Xavier aceda enquanto Conselheiro de Estado possa ser, directa ou indirectamente, canalizada para a EDP, ou seja, para a esfera de interesses do Governo chinês, ou usada em seu proveito», escrevemos na altura. Não tivemos qualquer resposta.

3- Incompatibilidade no Conselho Superior da Magistratura

Em Junho, escrevemos ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura (CSM) [alertando para a situação de incompatibilidade legal de um dos membros](#) deste órgão de cúpula dos juizes. José Manuel Mesquita, vogal indicado pelo Partido Socialista, havia sido mandatário financeiro das campanhas eleitorais do PS para as eleições Europeias e Legislativas de 2024, em violação do Estatuto do Conselho, que expressamente proíbe o envolvimento dos seus membros em actividade político-partidária. O Presidente do CSM (e presidente do Supremo Tribunal de Justiça), o juiz conselheiro João Cura Mariano, não deu qualquer resposta à nossa carta. O vogal José Manuel Mesquita mantém-se membro do Conselho.

4- Denúncia de corrupção na Boston Consulting Group

Em Setembro de 2024, a Frente Cívica denunciou à então Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, [um caso de corrupção envolvendo a filial portuguesa da consultora Boston Consulting Group](#). A denúncia seguiu-se a uma comunicação pública do Departamento de Justiça dos EUA, que indicava ter desmascarado um caso de subornos de agentes governamentais de Angola, operado a partir da filial portuguesa. A denúncia foi encaminhada para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal.

5- Homenagem a Mário Frota

Em Outubro, o Conselho de Direcção da Frente Cívica deliberou por unanimidade [consagrar o Prof. Mário Frota como o nosso primeiro membro honorário](#). A distinção reconhece o papel ímpar de Mário Frota na defesa dos direitos dos cidadãos e na criação e solidificação da Frente Cívica, da qual foi o primeiro presidente da mesa da Assembleia Geral. «Mário Frota, ao longo das últimas décadas, envolveu-se em inúmeras lutas, justas lutas, engajou-se às causas mais difíceis. Nunca deixou de defender os mais desprotegidos, lutou sempre do lado certo da barricada. Nunca aceitou as prebendas que o regime lhe poderia facultar. Pelo contrário, as causas em que se envolveu em prol do interesse público trouxeram-lhe dissabores, custos económicos e pessoais. Mas Mário Frota sentiu sempre o apoio do povo e o respaldo da sua consciência», lê-se na deliberação aprovada.

A distinção foi celebrada num evento público de homenagem, em Fevereiro de 2025, em Coimbra.



Contas de 2024

O maior activo da Frente Cívica é a sua independência. Não recebemos quaisquer subsídios ou donativos do Estado ou de empresas privadas, nem prestamos serviços remunerados. Todo o trabalho da Frente Cívica é feito a título voluntário. Não temos funcionários nem remuneramos os membros dos corpos sociais, que pagam do seu bolso as despesas suscitadas pelo trabalho da associação, nomeadamente com deslocações para reuniões ou eventos.

Desta forma, as despesas da Frente Cívica estão reduzidas ao mínimo essencial, que inclui os nossos sistemas de informação, comunicação e gestão interna, bem como o pagamento de uma sede virtual que nos permite ter um endereço postal. A maior despesa, como habitualmente, foi com a organização das comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção, que decorreu em 2024 no Auditório da Resinagem, cedido graciosamente pelo Município da Marinha Grande. Todos os oradores custearam as suas despesas de deslocação, pelo que os custos do evento, para a Frente Cívica, se circunscreveram à estadia de alguns dos participantes e ao *catering* da cerimónia. A outra despesa na categoria “Eventos” diz respeito a um jantar, em Outubro de 2024, que o Conselho de Direcção da Frente Cívica ofereceu ao Prof. Mário Frota, a propósito da sua consagração como membro honorário da associação.

Dado que não cobramos quotas, a nossa única fonte de receitas são os donativos voluntários dos nossos membros e apoiantes. Em 2024, recebemos pouco mais de 1200 euros em donativos. O donativo de maior montante foi no valor de 230 euros atribuído pela APIT – Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira, a título de comparticipação nas despesas das Comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção, de que a APIT é co-organizadora. Dois outros associados fizeram donativos no valor de 200 euros – os donativos individuais de maior montante recebidos em 2024.

Receita		Despesa	
Donativos	1.209,00€	Website institucional (servidor e domínio)	82,90€
		Escritório virtual	250,92€
		Sistema de gestão interna (Quotagest)	44,28€
		Contabilidade	120,00€
		Manutenção conta bancária	52€
		Eventos	795,5€
Total	€1.209,00€	Total	€1345,60



BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

EURO

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		dez/24	dez/23
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis		0 €	0 €
		0 €	0 €
Activo Corrente			
Estado e Outros Entes Públicos		0 €	0 €
Diferimentos		0 €	0 €
Outros Ativos Correntes		0 €	0 €
Caixa e Depósitos Bancários		1 667,89 €	3 043,29 €
		1 667,89 €	3 043,29 €
Total do Activo		1 667,89 €	3 043,29 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado		0 €	0 €
Resultados Transitados		1 171,97€	210,30 €
		1 171,97€	210,30€
Resultado Líquido do Período		-136,60 €	961,67 €
Total do Capital Próprio		1 035,37€	1 171,97€
Passivo			
Passivo Corrente			
Fornecedores		0 €	0 €
Estado e Outros Entes Públicos		0 €	0 €
Outros Passivos Correntes		632,52 €	1 871,32 €
		€	€
Total do Passivo		264,40 €	1 871,32 €
Total do Capital Próprio e Passivo		1 667,89 €	3 043,29 €

Porto, 8 de Abril de 2025

A Direção



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		dez/24	dez/23
Vendas e Serviços Prestados		0€	0€
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0€	0€
Fornecimentos e serviços externos		-1 345,60€	-2181,33€
Gastos com o pessoal		0 €	0 €
Outros rendimentos e ganhos		1 209,00€	3143,00€
Outros gastos e perdas		0€	0€
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		-136,60€	961,67€
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0 €	0 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-136,60€	961,67€
Gasto líquido de financiamento		0,00 €	0,00 €
Resultados antes de impostos		-136,60€	961,67€
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		-136,60€	961,67€

Porto, 8 de Abril de 2025

A Direção